

Política

— CONSTITUINTE —

O presidente Sarney voltou a atacar a Constituinte e estaria para divulgar um dossiê sobre a corrupção eleitoral, como forma de deter as acusações de corrupção que têm sido feitas contra seu governo. Seu objetivo vai ao ponto de forçar a suspensão dos trabalhos da Constituinte. Seu desafio: "Se eles querem virar a mesa, ficarão surpreendidos com minha reação".

O governo declara guerra

A guerra de aniquilação que o Palácio do Planalto resolveu travar contra a Constituinte — iniciada sexta-feira passada, com o pronunciamento do presidente Sarney em seu programa "Conversa ao Pé do Rádio" — pegou o Parlamento de surpresa, diante dos feriados do Carnaval.

A extensão do ataque ficou clara ontem, depois que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, ajudou Sarney nos ataques à nova Carta: o objetivo final chega ao ponto de tentar jogar a população contra a Constituinte, para forçar a suspensão de seus trabalhos. Estaria assim garantido o mandato de cinco anos para o atual presidente, como, ao mesmo tempo, Sarney pensa que cessariam as denúncias de corrupção contra seu governo.

Neste final de semana, mais uma vez o presidente "desabafou" com seu amigo José Aparecido, governador do Distrito Federal, revelando a tensão que está vivendo com as denúncias de corrupção contra seu governo: "Se

eles querem virar a mesa, ficarão surpreendidos com a minha reação".

O próximo passo da ofensiva governamental, anunciada por um ministro muito ligado ao presidente da República, seria a divulgação de um dossiê completo contendo a lista de parlamentares que receberam ajuda financeira de empresas privadas nas eleições de 86 — o que configuraria crime eleitoral.

Esse dossiê deverá ser apresentado na CPI instaurada para apurar denúncias de corrupção no governo e dele fazem parte documentos identificando até o número dos cheques depositados nas contas dos parlamentares.

Um dos poucos deputados que ficaram em Brasília no carnaval, Nelson Jobim (PMDB-RS) reagiu com energia à ofensiva governamental:

— Esses fatos mostram a falta de grandeza desse governo para analisar os problemas nacionais. Em vez de se preocupar com a segurança do País, eles tentam desestabilizar o poder so-

berano da Constituinte. É a prova de que esse governo não está à altura do momento histórico.

Os ataques pessoais do consultor-geral da República ao relator Bernardo Cabral, chamando-o de "incompetente" e "ignorante", mostram, segundo Nelson Jobim, "a distância moral entre um e outro. A linguagem que Saulo Ramos está usando espelha o próprio governo, tendo um consultor-geral com este tipo de atitude".

Esse processo de retaliação deverá repercutir intensamente nas próximas sessões da Constituinte, desviando a atenção dos parlamentares para assuntos alheios à nova Carta — previu Jobim. O senador José Richa (PMDB-PR) também lamentou muito a escolha feita pelo presidente Sarney, convencido de que não é possível governar na base do confronto.

— O governo não está dando conta da conjuntura — que é da sua responsabilidade — e fica preocupado com a nova Constituição, que não é tarefa sua.

O senador destacou que atitudes como essa "aprofundam o fosso já existente entre o governo e o Congresso" e que "crises seguidas levam aos caos". "Não existe hoje movimento ou vontade nas Forças Armadas no sentido de uma intervenção que signifique retrocesso, mas a deterioração progressiva da situação levará o Brasil a isto."

Para Richa, as manobras no sentido de desmoralizar a Constituinte não deram resultados até agora "e a Constituinte está se revelando de uma competência muito grande, sem se deixar influenciar pela conjuntura ou pressões". Por isso, ele considera praticamente resolvida a questão do mandato de quatro anos, porque "é bom senso político".

Ele voltou a defender o parlamentarismo, convencido de que "o povo quer um instrumento que lhe permita tirar o governo com o qual não esteja satisfeito". Para ele, se dependesse do povo brasileiro e existissem os instru-

mentos para isso, "esse governo já teria caído logo depois do Plano Cruzado ter fracassado.

Essa guerra entre o governo e o Parlamento ainda promete muitos lances, dada a disposição do presidente de tentar se recuperar diante da sociedade, jogando-a contra a Constituinte, e de lutar contra eleições este ano. Nesse jogo, ele usará todas as armas.

Segundo auxiliares diretos do presidente, na tentativa de mudar sua imagem ele reagirá prontamente contra qualquer episódio que atinja sua honra. Assim fez quando o deputado Roberto Cardoso Alves, do Centrão, explicou sua filosofia política — "é dando que se recebe" — em defesa dos cinco anos de mandato. Ou quando o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, acusou o governo de "convivência" com a corrupção. Na resposta, Sarney não poupou nem o Vaticano. O lema, segundo esses auxiliares, agora é outro: no lugar do fisiologismo, a austeridade.



"Um erro grosseiro"

O presidente José Sarney cometeu erro grosseiro de interpretação do que foi votado pela Constituinte e, pior que isso, teve a deselegância de intrometer-se, indebitavelmente, no funcionamento de uma Assembléia que tem a delegação do povo para elaborar a nova Constituição do País.

Essa foi a opinião manifestada ontem, em Brasília, pelo senador Maurício Correa (PDT-DF), que por vários anos foi o presidente da seção de Brasília da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele

acha, no entanto, que o "desconhecimento" revelado pelo presidente da República, em seu programa semanal de rádio, na sexta-feira, "foi proposital".

"A mim me parece — disse — que o presidente da República talvez tenha pretendido arregimentar uma parcela da opinião pública, sensível naturalmente à crescente violência nos grandes centros urbanos, para jogá-la contra a Constituinte. Seria uma forma de pressioná-la num momento em que, dentro dela, cresce a

tendência para se fixar em quatro anos o mandato do atual presidente. Parece, enfim, uma manobra de desespero."

O senador Maurício Correa acrescentou que somente assim pode entender o que o presidente disse, por que "o erro de interpretação é muito grosseiro". O disposto no parágrafo 24 do art. 6º do projeto de Constituição, segundo o qual "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente", se-

gundo o senador, não significa, como o presidente da República pretendeu fazer crer, que não se poderá prender mais ninguém.

"O que o dispositivo veda — assinalou — é a prisão arbitrária. Mas se estamos construindo um estado de direito democrático, temos de impedir as arbitrariedades e assegurar os direitos do cidadão. O preso também tem seus direitos. Nos Estados Unidos o preso também tem seus direitos, estes são respeitados e nem por isso se observa lá o caos, o impé-

rio do crime e a impunidade. Além do mais, a supostamente nova prerrogativa, mencionada pelo presidente José Sarney, de o preso ser informado de seus direitos, de permanecer calado, e ter assistência da família e de advogado, já é reconhecida pela jurisprudência brasileira. Nós advogados, quando conveniente, orientamos o preso para só falar em Juízo. O presidente está por fora."

Quanto à chamada "Lei Fleury", que o presidente acusou o Congresso de não revogar, o sena-

dor brasileiro disse que essa lei "só tem de ruim, realmente, o nome, porque lembra o falecido delegado Fleury, a quem beneficiou". Essa lei permite que um cidadão de bons antecedentes possa responder ao processo em liberdade. Maurício Correa disse ter havido realmente abusos na aplicação da Lei Fleury, muita liberalidade, mas que hoje os juízes já a estão aplicando "com muita parcimônia". A seu ver, a lei não deve ser revogada, mas apenas aperfeiçoada.